

Jornalismo do século XIX: da Monarquia à República

*19th century journalism: from the Monarchy
to the Republic*

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hllima@letras.up.pt
ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

Resumo: Durante a Monarquia Liberal, a imprensa periódica foi essencialmente marcada pelos acontecimentos políticos que favoreceram ou restringiram a sua difusão. A legislação promoveu ou proibiu a liberdade de pensamento e expressão e os jornais viveram momentos de grande expansão ou foram violentamente reprimidos. Outros eixos para compreensão da história do jornalismo deste período foram o progresso social, a economia e os níveis de escolaridade, que permanecerem em níveis muito baixos. O século XIX correspondeu à expansão da imprensa em Portugal e à solidificação da cultura do impresso e do jornal, sendo o jornalismo de cariz político e político-noticioso a característica mais relevante em todo este período. Na segunda metade da centúria, a corrente transformadora da industrialização da imprensa permitiu a metamorfose dos jornais político-noticiosos e a afirmação do jornalismo noticioso. A circulação de informação e de periódicos acelerou-se graças à melhoria das comunicações, que possibilitaram uma maior rapidez na difusão dos acontecimentos e também dos jornais. As mudanças sociais e os novos públicos levaram a transformações progressivas a imprensa e na transição para o novo século, o “moderno jornalismo” ganhou espaço nos diários portugueses. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição, conquistando novos públicos e trazendo os títulos portugueses para o campo da imprensa industrializada.

Palavras-chave: Monarquia Liberal, jornalismo político, liberdade de imprensa, jornalismo noticioso.

Abstract: *During the Liberal Monarchy, the periodic press was essentially marked by political events that favored or restricted its diffusion. Legislation promoted or prohibited freedom of thought and expression, and newspapers experienced moments of great expansion or were violently repressed. Other axes for understanding the history of journalism in this period were social progress, the economy, and the levels of schooling, which remained at very low levels. The 19th century corresponded to the expansion of the press in Portugal and to the solidification of the culture of print and of the newspaper, with political and political-news journalism being the most relevant feature throughout this period. In the second half of the century, the transforming current of the industrialization of the press allowed the metamorphosis of political-news newspapers and the affirmation of news journalism. The circulation of information and periodicals has accelerated thanks to improved communications, which allowed for greater speed in the diffusion of events and also of newspapers. Social changes and new audiences led to progressive changes in the press and, in the transition to the new century, “modern journalism” gained space in Portuguese newspapers. Highly emotional events, reportages and sensationalist framings made their appearance, conquering new audiences and bringing the Portuguese newspapers into the industrialized press field.*

Keywords: *Liberal Monarchy; political journalism; press freedom; news journalism.*

Introdução

O século XIX foi o século de explosão da imprensa em Portugal. Contudo, o grande desenvolvimento da cultura do jornal e do jornalismo deve ser enquadrado à luz das crises políticas, das guerras civis, dos problemas sociais, como o analfabetismo e a pobreza e dos problemas económicos e financeiros.

No processo de implantação da Monarquia Liberal, a legislação aprovada de acordo com os diferentes ciclos políticos aprovou ou restringiu a liberdade de imprensa, existindo períodos em que se fizeram sentir fortes constrangimentos e repressão sobre o jornalismo. Dependendo da conjuntura política, registaram-se fases de forte expansão das publicações, mas também contraciclos de grande contração.

A intensificação da diversificação e segmentação da imprensa periódica constituiu o

principal eixo de desenvolvimento do jornalismo português no século XIX. O triunfo da Revolução Liberal de 1820 permitiu que, pela primeira vez, Portugal experimentasse a liberdade de imprensa, tendo o facto importantes repercussões na evolução do jornalismo nacional (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Alves, 2005; 2013; 2018; Sousa, 2008; 2017).

A conjuntura política retomada com o triunfo liberal na Guerra Civil (1834) e prosseguida com o Setembrismo (1836), primeiro, e com a Regeneração (1851), depois, favoreceu o movimento jornalístico. Periódicos voltados para a promoção da cidadania pela via da promoção do conhecimento (publicismo), periódicos políticos, especializados, noticiosos e político-noticiosos compuseram uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza, ia crescendo.

Outro traço determinante da evolução da imprensa durante a Monarquia Liberal foi a extensão do consumo e edição de jornais e revistas à generalidade do território nacional, ainda que os centros da produção informativa fossem Lisboa, Porto e Coimbra. A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças à melhoria das comunicações, simbolizada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro, bem como os serviços universais de correio, que favoreciam as vendas por subscrição.

A imprensa de cariz político e político-noticioso é preponderante até 1910, podendo-se considerar duas fases. A primeira é caracterizada pela primeira geração de jornais políticos portugueses, artesanais, de que são exemplos os periódicos vintistas. Após 1834, dá-se o desenvolvimento e afirmação da imprensa política partidária. Os principais jornais tinham já uma estrutura empresarial, muitas vezes com tipografia própria, tornando-se, sobretudo a partir de meados da década de 1840, em vozes públicas dos partidos políticos embrionários ou outras organizações.

Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, antepassado do editorial, tornaram-se o vértice dos conteúdos dos jornais políticos. Mais próximo do final de oitocentos, os jornais passaram a ser editados em grande formato. Isso deveu-se não apenas ao afluxo de mais notícias e informações, imagens, mas igualmente anúncios. A publicidade converteu-se, numa imprensa já organizada industrialmente, na principal fonte de receitas dos jornais.

A imprensa da Monarquia Liberal foi abundantemente estudada e a sua história cronologicamente narrada, graças às obras pioneiras de Alfredo da Cunha (1941) e de José Tengarrinha (1965; 1989; 2013), bem como ao contributo de outros autores (Lima, 2012; Sousa, 2014; 2017).

A metodologia deste estudo tem como objetivo produzir uma narrativa diacronicamente organizada sobre a história da “grande” imprensa portuguesa entre a Revolução Liberal de 1820 e a Revolução Republicana de 5 de 1910, sendo selecionados aspetos entendidos como relevantes e estruturantes deste processo evolutivo. Nesse sentido, procura-se aqui a sistematização de dados dispersos por várias obras, nomeadamente pelas histórias da imprensa de Tengarrinha (1965; 1989; 2013), pela Porbase e por outras fontes, sumariamente enquadrados em contextos que moldaram o desenvolvimento da imprensa portuguesa. Foram

ainda consultados diferentes periódicos, que ilustram as linhas editoriais mais relevantes. A análise de conteúdo dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, procura ilustrar as transformações ocorridas, em termos do jornalismo noticioso, que se fizeram sentir nestes dois grandes diários na viragem do século, e de que forma se organizam as suas linhas editoriais.

1. A Revolução Liberal e o novo regime normativo da imprensa

A 24 de agosto de 1820, uma revolução de cariz liberal e constitucionalista eclodiu no Porto, e impôs ao país um novo regime político. Até então, a imprensa regulava-se pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará de 30 de julho de 1795, que impunham a censura, por meio dos Ordinários, da Mesa do Desembargo do Paço e, até à extinção da Inquisição, do Santo Ofício. Na sequência da Revolução Liberal, o Portugal beneficiou pela primeira vez, da liberdade de imprensa.

A evolução da legislação consta da Tabela 1. A legislação procurava regular não apenas os periódicos publicados em Portugal, mas também os periódicos publicados no estrangeiro que circulavam no País.

Tabela 1

Legislação da imprensa (1820-1834)

Data	Legislação
21 setembro 1820	Portaria reguladora da censura prévia.
5 outubro 1820	Portaria regula a entrada e circulação em Portugal de periódicos em língua portuguesa publicados no estrangeiro.
6 dezembro 1820	Portaria reguladora da responsabilidade dos editores de periódicos em textos insultuosos e ofensivos.
9 março de 1821	<i>Bases da Constituição</i> instituem a liberdade de imprensa.
12 julho 1821	Lei reguladora da liberdade de imprensa.
8 janeiro 1822	Decreto de nomeação dos membros do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.
29 janeiro 1822	Decreto responsabiliza os editores dos jornais se os autores de escritos neles publicados não comparecessem para serem inquiridos sobre abusos de liberdade de imprensa.
2 julho 1822	Carta de Lei regula o funcionamento do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.
30 janeiro 1822	Portaria reforça a responsabilidade dos editores e impressores pelos escritos publicados da autoria de terceiros.
24 setembro 1822	<i>Constituição</i> vintista institui o direito à “livre comunicação do pensamento”.
26 outubro 1822	Decreto regula as penalizações para quem vendesse, publicasse ou distribuisse escritos que atacassem o Estado, mesmo se impressos no estrangeiro.
13 novembro 1823	Instituição de penalizações para quem assinasse periódicos publicados no estrangeiro não autorizados pelas autoridades.
6 março 1824	Abolição da Carta de Lei de 12 de julho de 1821 e reinstituição do regime de controlo da imprensa do Antigo Regime.

29 abril 1826	<i>Carta Constitucional</i> reinstituí a liberdade de imprensa.
21 agosto 1826	Portaria institui instruções acerca da regulação do princípio de liberdade de imprensa vertido na <i>Carta Constitucional</i> .
22 setembro 1826	Decreto obriga a que só se apregoassem impressos com licença do Intendente Geral da Polícia, em Lisboa, ou dos seus delegados, fora da capital.
23 setembro 1826	Decreto divide os censores em duas turmas.
26 janeiro 1834	Projeto-lei para punição dos abusos de liberdade de imprensa ¹ .
5 dezembro 1834	Lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826.

Fonte: produção própria

O período subsequente está marcado por uma grande instabilidade política, em que o exercício da censura depende do confronto entre liberais e absolutistas e, depois da Guerra Civil de 1832/1834, também das próprias dissensões entre Cartistas e Setembristas, que resultaram globalmente em modelos repressivos resultantes da incapacidade de implementação de modelos governativos por via eletiva.

O Vintismo trouxe consigo as ideias da liberdade de imprensa como extensão do princípio da liberdade de pensamento. Os novos jornais e revistas beneficiaram, pela primeira vez da liberdade de imprensa, ainda que condicionada. Os periódicos vintistas eram artesanais, escritos numa linguagem simples e direta, por um único indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos.

Tengarrinha (2013, p. 345) refere-se aos periódicos vintistas nos seguintes termos: “foi visível a falta de consistência do debate político e ideológico na imprensa tanto por óbvia impreparação e imaturidade dos jornalistas como porque a sua análise se circunscrevia, em geral, ao imediato e casuístico.” Saraiva e Lopes (1979, p. 810) caracterizam-nos como “panfletos políticos em séries editadas periodicamente”, mas salientam que, em vários deles, “exercitaram a pena os melhores escritores da época”.

1 Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1827/27Jan1827/27Jan1827_item1/index.html

Tabela 2*Alguns periódicos vintistas liberais*

Título	Fundação	Características
<i>Diário Nacional</i>	1820	O <i>Diário Nacional</i> foi o primeiro periódico liberal publicado no País, afeto à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, editado no Porto. Durou, somente, de 26 de agosto a 5 de setembro de 1820.
<i>O Correio do Porto</i>	1820	Diário editado e redigido por João António Frederico Ferro e Joaquim Rodrigues de Andrade, circulou, com interrupções, entre 27 de setembro de 1820 e 7 de maio de 1834. Surgido como liberal, converteu-se ao Absolutismo, altura em que nele terão colaborado o padre Alvíto Buela Pereira de Miranda e António José Gomes Pinto.
<i>O Pregoeiro Lusitano</i>	1820	Semanário liberal editado e redigido por Clemente José de Mendonça, durou entre 20 de setembro de 1820 e 17 de abril de 1821.
<i>Génio Constitucional</i>	1820	Publicado entre 2 de outubro de 1820 e 30 de dezembro do mesmo ano, foi o mais importante periódico liberal portuense em circulação enquanto foi publicado, suplantando o <i>Diário Nacional</i> e o <i>Correio do Porto</i> . Foi redigido e editado por Alfredo Braga e António Luís de Abreu.
<i>Manifesto da Razão</i>	1820	Periódico liberal editado em Coimbra, em 1820, pouco longevo (eventualmente, só terão sido publicados dois números).
<i>O Português Constitucional</i>	1820	Periódico liberal editado e redigido por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz. Durou de 22 de setembro de 1820 a julho de 1821. Foi um dos primeiros jornais a ser fundado após a Revolução Liberal de 1820 e o seu título aponta para o espírito vintista.
<i>Mnemosine Constitucional</i>	1820	Jornal editado por Henrique de Campos Ferreira de Lima, com a colaboração de Pedro Alexandre Cavroé. Foi publicado, em Lisboa, entre 25 de setembro de 1820 a 30 de junho de 1821.
<i>O Liberal</i>	1820	Publicado entre 28 de setembro de 1820 e 29 de agosto de 1821 por António Maria do Couto. Foi editado em Lisboa.
<i>O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade</i>	1820	Periódico redigido e editado por Manuel José Gomes de Abreu Vidal. Surgido no campo liberal, acabou por se tornar num crítico do liberalismo. Publicou-se entre 1820 e 1821, em Lisboa.
<i>O Astro da Lusitânia</i>	1820	O trissemanário <i>O Astro da Lusitânia</i> foi, a par de <i>O Independente</i> , um dos mais impactantes periódicos liberais portugueses publicados no período subsequente à Revolução Liberal. Foi redigido e editado por Joaquim Maria Alves Sinval.
<i>O Independente</i>	1821	Periódico liberal moderado liderado por José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás. Foi publicado, em Lisboa, entre 1821 (número prospetado) e 1822.
<i>O Campeão Lisbonense</i>	1821	Jornal ultraliberal publicado em Lisboa, entre 18 de outubro de 1821 e 7 de abril de 1823, por António Joaquim Nery. O jornal acabou quando, perseguido pelas autoridades liberais, o seu redator foi exilado.
<i>O Patriota Portuense</i>	1821	Influente diário liberal do Porto, foi publicado somente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1821. Editado por Azevedo Soares.
<i>Borboleta Constitucional</i>	1821	Influente diário liberal portuense, noticioso e político, redigido e editado por João Nogueira Gandra, dono da tipografia em que se imprimia, a partir de 12 de maio de 1821.
<i>O Analista Portuense</i>	1822	O periódico liberal do Porto faz parte de um conjunto de jornais liberais que surgiram e foram publicados entre 1822 e 1823 para se digladiarem com os jornais absolutistas. Iniciou a publicação a 1 de janeiro de 1822 e foi redigido e editado por António de Santa Bárbara. Durou até data incerta de janeiro de 1823.
<i>O Campeão Português em Lisboa ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional</i>	1822	Fundado em 1822 para fazer face à ofensiva ideológica contrarrevolucionária dos jornais abertamente absolutistas. Foi redigido e editado por José Liberato Freire de Carvalho.

<i>O Conciliador Lusitano ou o Amigo da Paz e União</i>	1822	Semanário afeto ao Governo liberal lançado, em 1822. Combatia os jornais absolutistas e, também, as calúnias dirigidas aos governantes e as notícias falsas e alarmistas
<i>O Censor Lusitano ou o Mostrador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos</i>	1822	Diário oficioso do Governo Liberal, que tinha nele e no <i>Diário do Governo</i> as suas principais vozes impressas, tornou-se, com este, um dos periódicos que mais circulavam no País, apesar de ser publicado em Lisboa. Lançado a 9 de setembro de 1822, durou até data incerta de abril de 1823. O facto de ser distribuído gratuitamente a deputados e altos funcionários e nas repartições públicas contribuiu para explicar o seu sucesso
<i>Reforço Patriótico ao Censor Lusitano</i>	1822	Jornal especificamente criado para reforçar o papel do <i>Censor Lusitano</i> , era impresso em Lisboa. Só terá tido dez números. Disponível aqui:
<i>O Amigo do Povo: Periódico Redigido pelos Irmãos Passos</i>	1823	Jornal liberal fundado, dirigido e redigido pelos irmãos Passos — Passos Manuel e José da Silva Passos. Circulou somente de 3 a 24 de maio de 1823. Foi um dos jornais da Oposição liberal surgidos para combater <i>O Censor Lusitano</i> .

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

A imprensa do campo liberal do período 1820-1823 era diversificada, representando várias correntes de opinião. Entre os jornais de mais sucesso contam-se alguns antigovernamentais e radicais, como o *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de outubro de 1820, e que terá sido o mais difundido dos jornais vintistas. Dentro do liberalismo moderado, assinalamos *O Independente* que também teve grande sucesso entre os liberais.

A liberdade de imprensa vigente permitiu também aos restauracionistas fazer campanha contra o regime liberal em vários periódicos contrarrevolucionários (Tabela 3), ferozmente antiliberais e truculentos, como a *Gazeta Universal*, o *Brás [Braz] Corcunda*, *O Patriota* e o *Trombeta Lusitana*.

Tabela 3

Alguns periódicos contra-revolucionários vintistas

Título	Fundação	Características
<i>O Patriota</i>	1820	<i>O Patriota</i> (27 de setembro de 1820 a 17 de dezembro de 1821) foi um jornal contrarrevolucionário e antiliberal lançado e redigido por Cândido de Almeida Sandoval, que também lançou, entre 1 e 17 de março de 1821 (somente cinco números), o periódico contrarrevolucionário <i>O Verdadeiro Liberal: Periódico Político, Filosófico e Literário</i> .
<i>Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil</i>	1821	A <i>Gazeta Universal</i> , principal periódico dos defensores do autoritarismo régio; 1 de maio de 1821 a 6 de março de 1823
<i>A Facécia Liberal e o Entusiasmo Constitucional: Diálogo entre um Solitário e um Entusiasta</i>	1822	Periódico antiliberal lisboeta, da autoria de Francisco de Assis de Castro e Mendonça: 15 de agosto de 1822 a janeiro de 1823.
<i>Trombeta Lusitana</i>	1822	O exacerbado trisemanário <i>Trombeta Lusitana</i> : 14 de novembro de 1822 a 1 de março de 1823 Meneses.

<i>O Contra Censor pela Galeria: Semanário Político</i>	1822	Publicado entre 20 de setembro e 13 de dezembro de 1822, o <i>Contra Censor</i> foi um dos periódicos criados no campo absolutista.
<i>O Noticiador Conciso</i>	1823	Jornal antiliberal nascido e morto em Coimbra, em 1823, tendo durado de 15 de maio a 3 de julho, já que não se justificaria a sua continuação depois da Vilafrancada.
<i>O Rabecão</i>	1823	<i>O Rabecão</i> (4 de janeiro a 8 de março de 1823), <i>A Segarrega</i> (15 de fevereiro a 12 de março de 1823), <i>A Gaita</i> (22 de fevereiro a 5 de março de 1823), <i>O Serpentão</i> (março de 1823) e <i>A Sanfona</i> (1823) foram truculentos, mas irónicos, periódicos antiliberais, redigidos e editados por Francisco de Assis de Castro e Mendonça.
<i>Argos Lusitano: Jornal Antiministerial</i>	1823 e 1826	Publicado entre 9 de janeiro e 4 de abril de 1823, como jornal opositor ao Governo liberal em funções. Retomou a publicação a 27 de outubro de 1826, já depois da Vilafrancada, com o título <i>Argos Lusitano</i> , mas sem um perfil ideológico definido.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

Os periódicos contrarrevolucionários foram perseguidos pelas autoridades liberais, e alguns deles, censurados ou mesmo suspensos.

A imprensa opinativa política vintista, ainda que hegemónica, não corresponde a todo o movimento editorial. Entre 1820-1823 foram publicados vários periódicos informativos: o noticioso *Diário Portuense* (1823); o bissemanário *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1828), especializado em comércio e economia; e o mensário *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822-1854), com conteúdos dedicados à indústria e comércio, mas também às ciências, tecnologias e agricultura.

2. Instabilidade política e governativa e impactos sobre os jornais

Em 1823, Portugal entrou num período de instabilidade política e militar, desencadeada pela reação absolutista e pelas divisões no campo liberal, entre outras razões.

Com a Vilafrancada, apenas se publicaram, além da *Gazeta de Lisboa*, periódicos absolutistas como *O Punhal dos Corcundas* e *O Mastigoforo*, periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de outra índole, como o feminino *Periódico das Damas*.

Na segunda vaga da imprensa de emigração, entre 1823-1826, publicaram-se no estrangeiro jornais que iam circulando clandestinamente em Portugal, como *O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial* (1824-1826), *O Correio Intercetado* (1825-1826), *O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária* (1820-1826).

Com a morte do rei D. João VI, a Monarquia Constitucional voltaria a ser reinstituída em Portugal. D. Pedro I, Imperador do Brasil, outorgou a Portugal a Carta de 1826. Contudo, a

instabilidade política aumentou dadas a dissensões do campo liberal e da agitação absolutista.

Deste período, destaca-se *O Periódico dos Pobres*, lançado em 1826. Tratou-se da primeira tentativa de produção de um jornal barato, acessível à generalidade da população leitora em Portugal, num tempo em que somente cerca de 10% da população do país era alfabetizada. Vendido a dez reis, o que o colocava ao alcance de um maior número de bolsas (os jornais políticos das elites praticavam preços que algumas vezes atingiam 60 réis ou mais por exemplar avulso), *O Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes (Tengarrinha, 1989: 141). *O Periódico dos Pobres*, num certo sentido, inaugurou o “jornalismo popular” em Portugal. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam a permitir a lenta transformação “industrial” da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal.

A proclamação de D. Miguel como Rei absoluto, em 1828, e a perseguição que ele encetou aos liberais asfixiaram de novo a imprensa. Com a Mesa do Desembargo do Paço regressou a censura, as licenças prévias e a repressão. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*). Outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa).

Dada a forte repressão, foram escassos os jornais publicados neste período: a oficial *Gazeta de Lisboa*, a *Folha Comercial do Porto*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano, Defesa de Portugal*, *O Cacete* e ainda as publicações religiosas *A Contra Mina* e *O Mastigoforo*.

3. O Liberalismo vitorioso e a nova imprensa de combate político

Com a derrota do miguelismo, surge um novo período de expansão da imprensa, Apesar da instabilidade governativa subsequente. Em 1834 foi promulgada uma lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826. Até 1851, no quadro da luta política, a imprensa ainda foi objeto de nova regulamentação por nova legislação, como os exemplos seguintes:

- a) 5 de dezembro 1834: Carta de Lei reguladora da liberdade de imprensa;
- b) 10 de novembro de 1837: Carta de Lei estabelece os requisitos para ser editor responsável de um periódico;
- c) 19 de outubro de 1840: Lei repressiva dos abusos de liberdade de imprensa de Costa Cabral;
- d) 3 de agosto de 1850 — “Lei das Rolhas” (publicada a 10 de agosto no Diário do Governo).

O período entre 1834-1851 foi vibrante, mas igualmente tumultuoso, para a imprensa portuguesa. Ser jornalista, num tempo de forte combatividade política e ampla liberdade de imprensa, podia ter consequências adversas:

O ofício de periodiqueiro tem seus ossos (...). A entrada é de rosas. Os colegas cumprimentam o redator esperançoso, que debuta, e auguram-lhe um grande futuro. Poucos dias depois, chamam-lhe asno, boçal e estúpido. Passam seis meses, e se ele sobe as escadas de uma secretária, acusam-no de ladrão e de concussionário, e por dá cá aquela palha mandam-lhe a casa dois padrinhos (...) para combinarem com outros dois sujeitos chamados também padrinhos o modo mais decente de o matarem ou de serem mortos por ele (Teixeira de Vasconcelos, 1859, p. 78).

A imprensa política, dominante em Portugal, entrava na segunda fase do seu desenvolvimento. Cada periódico surgia como porta-voz público de um conjunto de indivíduos agrupados num grupo político. Os jornais já exigiam uma estrutura mais sofisticada, empresarial, por vezes com tipografia própria. Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, tendendo à especialização.

Contudo, os jornais eram pouco comprados (vendiam-se, principalmente, por assinatura) e pouco lidos (cerca de 90% da população continuava a ser analfabeta, embora fossem lidos em voz alta em aglomerações de indivíduos e nas tavernas e cafés). As tiragens eram reduzidas.

Os jornais eram produtos caros. Um número avulso de um jornal político como *A Revolução de Setembro*, podia custar 60 réis — uma fortuna para a generalidade da população. Outros jornais apostaram no baixo preço e na obtenção de receitas quer por meio de tiragens elevadas — que nem sempre logravam conseguir — quer pela captação de alguns anúncios publicitários — pagos por linha. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis: Jornal de Utilidade Pública* (1841) e ainda do efémero *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Estes jornais, de perfil político-noticioso, demonstram que já se tinha inculcado a noção de que se podia financiar uma publicação fazendo pouco lucro por cada exemplar, mas lucrando mais pelo aumento do número de exemplares vendidos, o que ajudava a captar publicidade. A venda de espaço publicitário viria mesmo a ser a grande fonte de receitas dos jornais.

Após 1834, situação que se manterá até ao final de 1864, a imprensa informativa portuguesa de grande circulação agrupou-se essencialmente em torno de três tipos de publicações:

- a) Os jornais políticos, periódicos combativos que assumiam, crescentemente, uma linha editorial político-noticiosa, e que eram dominantes;
- b) As revistas culturais e literárias, dedicadas à difusão do conhecimento. Estas podiam ser ilustradas ou não ilustradas;
- c) Os periódicos informativos especializados, como os de natureza comercial, financeira e económica.

O aumento das publicações segundo esta categorização foi notável e destas destacamos *A Revolução de Setembro*, pela sua relevância e longevidade. Fundado em 1840, *A Revolução de Setembro* tornou-se o principal diário político português, entre 1851 (Regeneração) e 1882. Lançado, a 22 de junho, contou com a colaboração entre outros setembristas, de António Rodrigues Sampaio, que viria a ser o protagonista e mentor do periódico, como redator principal. *A Revolução de Setembro* foi um dos jornais que mais combateu Costa Cabral e o Cartismo, tendo sido o alvo predileto da fúria dos cabralistas.

Após 1851, com a Regeneração, o jornal foi-se moderando, tornando-se, tal como Rodrigues Sampaio, em apoiante do Partido Regenerador. O diário modernizou-se ultrapassando o *ethos* puramente político para incluir informação de atualidade, num modelo político-noticioso. Publicou-se até 1892, mas sem o mesmo vigor, havendo ainda uma tentativa de relançamento, sem sucesso e tendo terminando a publicação em 1901.

Os jornais políticos de 1834-1851 eram tremendamente aguerridos, com seu discurso agressivo e por vezes desbocado, ofensivo e calunioso. A conflitualidade da imprensa foi evidente durante a ascensão governativa de Costa Cabral e em consequência do autoritarismo governativo, também sentido no meio jornalístico. Defendendo diferentes fações políticas, os jornais exerceram ainda mais efeitos de influência nos seus leitores, já que eram o centro do debate público (Tengarrinha, 1989, pp. 205-206).

A revolta da Maria da Fonte e a Guerra Civil da Patuleia foram o culminar do clima de combate político e resultaram na interdição dos jornais oposicionistas, embora vários se tivessem continuado a publicar clandestinamente.

O fim da Guerra Civil não pôs fim à instabilidade. As eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral ao poder e perante as violentas agressões da imprensa oposicionista, o governo apresentou um projeto de lei, promulgado a 3 de agosto de 1850. Dadas as restrições impostas, foi popular e simbolicamente conhecida por “Lei das Rolhas”. A nova lei aumentou o valor da caução e elencou uma longa lista de temas que não podiam ser tratados pela imprensa. Para além das restrições no conteúdo, repetiram-se os assaltos a jornais e tipografias.

A “Lei das Rolhas” foi revogada em maio de 1851, com a vitória da Regeneração, que iniciaria um período de acalmia política e social. Na nova conjuntura, o crescimento económico, a industrialização e a construção de infraestruturas, bem como uma legislação reguladora da liberdade de imprensa criaram condições para o desenvolvimento do sector e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de massas”. Contudo, esta expansão foi condicionada pelo baixo índice de alfabetização e escolarização e pelo baixo poder de compra das populações.

4. Jornalismo na Regeneração: construção da prevalência da notícia

A Regeneração foi para a imprensa política partidária, como aliás para o contexto político social, um período de transformação e de pacificação. O tom do discurso jornalístico moderou-se e integrou uma linha editorial político-noticiosa, particularmente depois de 1864, com o lançamento do *Diário de Notícias*. As folhas partidárias teriam então de competir com a imprensa noticiosa, organizada industrialmente e politicamente independente.

Paral além das novas temáticas, outra mudança relevante nos conteúdos dos jornais diários portugueses a partir do final do século XIX, foi a inclusão de gravuras informativas com alguma frequência. As gravuras e fotografias diretamente reproduzidas chegaram inicialmente às revistas ilustradas, mas seriam adotadas pelos jornais portugueses como melhor capacidade técnica. A fotografia nas páginas dos jornais só passa a ser mais vulgar a partir da segunda década do século XX, já durante a República.

O marco histórico de viragem na linha editorial dos jornais foi protagonizado pelo *Diário de Notícias*, que arrastou a imprensa nacional no sentido da modernidade. Jornais de diferentes quadrantes deram destaque crescente às notícias da atualidade, mesmo quando delas faziam leituras políticas.

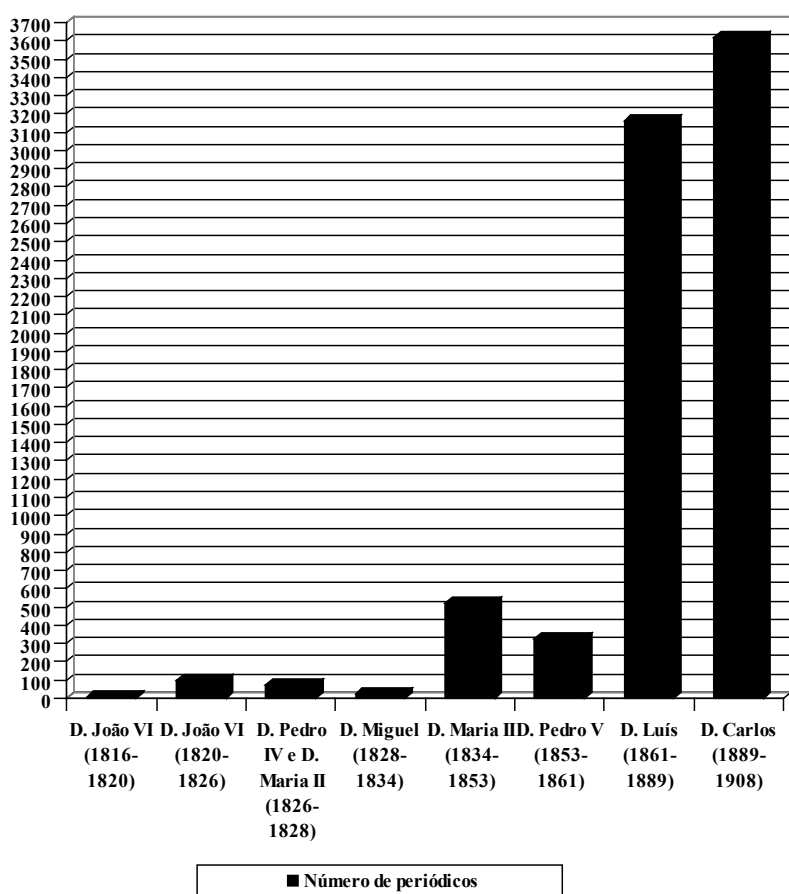
Em termos de conteúdos, a política perdeu lugar para as notícias de interesse geral, muitas delas emotivas, de interesse humano, e as vendas subiram, bem como a publicidade. Na viragem do século, outras tendências do “moderno jornalismo” teriam também acolhimento na imprensa portuguesa. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e mesmo o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição (Lima, 2017).

O clima favorável ao empreendedorismo e o regime normativo benigno propiciou o surgimento de periódicos de diferentes tipologias, aumentando o número de títulos em circulação como também a edição e consumo de jornais. Este continuou continuado maioritariamente centrado em Lisboa e no Porto, mas ganhou a generalidade do território nacional, com a emergência de títulos locais. Este aumento é particularmente visível nos reinados de D. Luís e D. Carlos, como é patente no gráfico 1.

Apesar de se notar o desenvolvimento da imprensa regional e local, o seu consumo, no entanto, não se estendeu a toda a população. Os jornais e as revistas eram caros e o analfabetismo atingia a esmagadora maioria do povo.

Gráfico 1

Número aproximado de periódicos portugueses surgidos entre 1816 e 1908 por reinados



Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

Os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* são dois dos exemplos relevantes das transformações ocorridas em termos de desenvolvimento da imprensa noticiosa, ainda que a matriz editorial seja distinta e as intenções da criação de cada um deles, muito diferentes. O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito atual de matutino de informação geral de concepção empresarial, enquanto que o *Século* foi lançado com o propósito claro de propaganda política em favor da causa republicana. A escolha deste estudo recai sobre estes dois títulos, dada a sua relevância em termos de difusão e qualidade, mas também porque ilustram bem a inclusão da lógica noticiosa, a partir de matrizes fundacionais distintas.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e das assinaturas. Lançado por Eduardo Coelho em sociedade com

Quintino Antunes, em 1864, dos jornais deste período, juntamente com o *Jornal de Notícias*, mantém ainda a sua edição diária.

Constituindo uma rutura com o modelo vigente, o *DN* distinguiu-se por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária, nem ser um veículo de informação especializada. Sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegura lucro aos investidores como também permite ao jornal gozar de independência. O *DN* não apenas mostrou que um projeto moderno, independente de jornalismo informativo generalista podia vingar no País como também que, para sobreviver, um grande jornal necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade mais do que nas vendas, e uma organização de tipo empresarial.

As notícias deste diário abarcavam um variadíssimo número de acontecimentos (e até de não-acontecimentos) do quotidiano e também notícias internacionais, incluindo política e economia, crime, sociedade, a vida cultural, etc. Sucediavam-se umas às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia. Eram breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de lead. Em algumas delas, dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros.

Para o período aqui referenciado, 1900-1905, o *DN* manteve algumas das características da linha editorial da sua fundação. O noticiário era diversificado, as temáticas, regra geral, idênticas, e a dimensão dos artigos era também tendencialmente curta. Contudo, o *Diário de Notícias* parece ter tido necessidade de mudar esta abordagem, uma vez que vai passar a incluir notícias de maior dimensão e um formato idêntico à reportagem, que podia ser acompanhada de gravuras. Apesar de as notícias breves serem muito variadas, nota-se uma preponderância nas notícias do agendamento político-institucional, análise financeira, corte, monarquia, etc.. A diversidade era dada pelas notícias locais, informação sobre o Porto e Coimbra e, com menos frequência, outras regiões do país. Notícias de crimes, julgamentos e outros *fait-divers* eram comuns.

Graficamente, o jornal não era muito interessante. Publicado com 12 colunas, a leitura não era fácil. As gravuras na capa limitavam-se a uma ilustração humorística, de fraca qualidade. Esta tendência foi patente nos números de 1900/1901, em que teve até períodos de pior imagem gráfica. A partir de 1902, há uma clara intenção de tornar a primeira página mais atraente. As gravuras são usadas na ilustração dos debates das cortes ou de outros atos públicos. Em regra, eram incluídas as imagens dos oradores ou outros agentes da notícia, o que trouxe um maior dinamismo à agenda informativa. Incluem-se também muitas imagens femininas, em que o tema é a moda.

A inclusão da gravura no *DN* pode ser também entendida como uma relação com o

valor-notícia e aqui, a diversidade temática parece ter acompanhado transversalmente as escolhas da agenda diária. A título de exemplo, o diário noticiou as cerimónias fúnebres de Almeida Garrett, com a gravura do seu retrato, bem como uma cronologia dos momentos mais relevantes da sua vida (*Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903, p. 1). A notícia de uma homenagem a Eça de Queirós foi igualmente publicada com imagem (*Diário de Notícias*, 3 de março, 1902, p. 1). Estes acontecimentos foram tratados pelos dois jornais. Aqui em estudo.

As figuras da hierarquia social eram frequentemente notícia. Um acidente de charrete foi detalhadamente explicado:

Pelas nove horas e meia da manhã saiu de Sintra o Sr. Conde com sua filha D. Maria do Carmo Mello, em direção a Cascais.

(...)

Alegre e descuidosa guiava o cavalo da “charrette-pannier”, um belo veículo — um presente feito a D. Maria do Carmo por Sua majestade a rainha, que muito a estimava.

(...)

Era o Sr. Dr. Pinheiro que quanto à infeliz menina apenas pode confirmar o óbito, e que ao sr. Conde prestou os primeiros socorros, no que foi auxiliado pelo sr. dr. António Lencastre, que casualmente transitava no local

(*Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902, p. 1).

Das inúmeras notícias de figuras relevantes para este período, podemos destacar a morte da rainha Vitória de Inglaterra (*Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901, p. 1). O jornal prestou homenagem à sua vida e obra, ilustrando-a com gravuras e follow-ups, nos dias seguintes. O *DN* optou também por um efeito de composição ao explicar as linhas de sucessão e identificação dos membros da casa real britânica. Aliás, a cobertura mais relevante deste período é justamente a da visita do Rei Eduardo VII a Portugal e também aqui a informação acrescida dá esse efeito de composição. As páginas relativas a este acontecimento jornalístico são graficamente muito apelativas, repletas de gravuras e do valor atualidade. (*Diário de Notícias*, abril 1903)

O *Diário de Notícias* não publicava notícias apenas sobre as elites. Destacamos aqui uma notícia de sublevação social e um crime. “O Crime do Milharado” conta a história de criminosos (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1), que mataram três pessoas causando grande alvoroço na opinião pública: “não é menos certo que a prisão dos assassinos tem causado a maior alegria e satisfação em toda a gente” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1). O jornal optou por seguir a informação detalhada da investigação policial: “Também averiguou a policia de Lisboa que o Faustino dos Santos, ao chegar a Lisboa se associara com o taberneiro António Jorge (...), a quem dera 30\$000 para ficar interessado no negócio do vinho.” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1) O taberneiro contou que o Faustino tinha muito dinheiro:

“levava 6 libras em ouro...” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1) A notícia incluiu gravuras dos criminosos, tendo o *DN* feito atualização, durante três dias.

A 17 de março de 1903, o diário começa uma série de notícias sobre uma sublevação em Coimbra. Pelo texto, é também possível perceber que o *DN* tinha um correspondente na cidade. “Em virtude de serem exigidas licenças no mercado de D. Pedro pelos fiscais dos impostos, houve hoje ali uma “greve” exceto pelos vendedores de carne e peixe.” (*Diário de Notícias*, 17 de março de 1903, p. 1). O conflito agravou-se e no número seguinte lia-se: “Os acontecimentos de Coimbra assumiram tal importância e gravidade, como não há memória entre os mais velhos.” (*Diário de Notícias*, 18 de março de 1903, p.1) No dia 19 o *DN* já noticiava a reposição da paz, e incluía gravuras dos retratos dos agentes da autoridade. A publicação de gravuras de pessoas envolvidas e *follow-up* nos dias seguintes em acontecimentos deste tipo revelam uma abordagem noticiosa moderna, comum já nos jornais deste período. Esta forma de noticiar foi desenvolvida em diferentes temáticas de sociedade, crime, política, etc..

O lançamento do diário *O Século*, em junho de 1880 obedeceu a uma matriz editorial que se enraíza na linha do jornalismo político-noticioso dominante em Portugal, para aquele período. Na amostra aqui estudada, podem ser considerados dois momentos, a partir das características editoriais detetadas. Entre 1880-1896 o jornal segue o processo de afirmação do projeto republicano, sendo o seu diretor Sebastião Magalhães Lima. Com as mudanças ocorridas na propriedade da empresa, José Joaquim da Silva Graça, tornou-se o sócio majoritário, sucedendo a Magalhães Lima. A nova direção acabaria por promover uma orientação editorial mais abrangente, capaz de agradar a diversos tipos de leitores. O jornal denotou também novos investimentos, onde se incluem novos suplementos, edições especiais e fora do âmbito do estudo, o lançamento de outras publicações. Esta administração acabaria por construir uma nova matriz, transformando o periódico num grande órgão de informação, embora sempre mantendo a orientação republicana. É neste período da viragem do século que o cabeçalho começa a ostentar: “o jornal de maior circulação em Portugal” (*O Século*, 1 de janeiro 1900, p. 1).

Nos exemplares estudados nesta amostra, a variedade noticiosa é uma característica transversal. Nos primeiros anos a informação patente na primeira página confere um grande valor notícia às temáticas políticas, internacional e demais temas de relevância, como economia e editoriais de análise do momento político. Da agenda noticiosa, podem-se destacar os vários números sobre as eleições de dezembro de 1887. Este tema foi tratado sem qualquer preocupação de isenção. Toda a capa apelava ao voto, com o título a toda página “À urna pela lista republicana” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1), seguida de uma série de notícias, com subtítulos onde diversas temáticas tratadas segundo a perspectiva republicana, como “Aviso aos leitores” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1), “O caso Gaffarel” Ibidem ou “Galopinagem” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1). Este tipo de agendamento foi repetido noutros números, nas eleições do ano seguinte.

O noticiário internacional deste período seguiu uma orientação do mesmo tipo. As notícias dos regimes monárquicos eram dadas em tom crítico, enquanto que a França, uma república, além de ser muitas vezes chamada à capa, era tratada com cores mais favoráveis. No número de 4 de dezembro, 1887, a primeira página tratava do resultado da eleição: “O novo presidente da República Francesa” (*O Século*, 4 de dezembro 1887, p. 1), com os resultados em subtítulo, como se de um lead se tratasse. O tom apologético está presente em todo o artigo. Apesar das críticas ao regime, a França, segundo *O Século*: “acaba mais uma vez de mostrar o seu patriotismo e o desinteresse pessoal de cada um dos seus membros. (...). Registamos com o mais vivo júbilo esta última e incontestável demonstração da força da República.” (*O Século*, 4 de dezembro 1887, p. 1)

A chama republicana surgia em artigos anticlericais, mas também em notícias de sociedade. Tal é o caso da Febre-amarela e as medidas preventivas tomadas nesse sentido. Em 11 de julho de 1887, o jornal escreve criticamente sobre o furo da quarentena em relação a um navio chegado do Brasil. A crítica à falta de cumprimento dos serviços públicos toca temas como o policiamento, o crime, a saúde pública, e embora reportando os factos das notícias há sempre o enquadramento das falhas do sistema político ou administrativo.

Com a passagem do jornal para a direção de Silva Graça, a transformação mais notável é a inclusão da reportagem acompanhada de ilustrações. Claramente, são as edições dominicais que compreendem a maioria dos assuntos “pintados” com gravuras. As temáticas são muito diversas. Um dos primeiros exemplos é “O serviço de incêndios no Porto” (*O Século*, 5 de janeiro 1895, p. 3), que, curiosamente, é publicado na página 3. Esta reportagem tem grande valor notícia, dado o grande número de incêndios urbanos registados e a pouca capacidade de resposta das corporações.

As grandes reportagens correspondem a excelentes composições de texto e gravura sobre temas internacionais, quer ilustrativos de realidades geográficas diferentes, quer de agenda de atualidade como a Guerra dos Boers ou Guerra dos Boxers. Mas as gravuras foram incluídas noutros acontecimentos, quer de *soft-news*, quer de atualidade como crimes ou incêndios.

A partir de 1896, *O Século* publica mais notícias de “interesse humano”. Os crimes que envolvem emoções são alvo de tratamento mais cuidado e outras temáticas de sociedade fazem também a sua aparição. Esta orientação editorial passa a ser a regra até à viragem do século, o que de alguma forma representa a adequação do jornal aos tempos modernos. As notícias de criminalidade são uma contante, com evidente domínio dos crimes passionais, descritos com profusão de pormenores, apresentados em follow-ups, com atualização e elementos explicativos. Destas, uma temática de internacional apresenta um apelo emotivo evidente. Em “Carta de Paris”, o correspondente do jornal conta que: “estão expostas sobre as pedras de mármore da Morgue os cadáveres de duas meninas, que foram encontradas nas proximidades da ponte de Suresnes, no Sena.” (*O Século*, 10 de abril 1895, p. 1). A notícia é ilustrada com duas gravuras das bebês.

Outra das novidades em termos noticiosos são os destaques de figuras públicas, fora do círculo político. O diário fez um follow-up sobre uma senhora da sociedade, a escritora Juliette Adam, que visitou Lisboa em abril de 1895. Em 15 de abril o jornal conta que a senhora foi recebida por jornalistas e escritores, entre eles Magalhães Lima. O texto conta com pormenores as figuras da sociedade lisboeta que estiveram presentes. Para além destas notícias de atualidade e atividades de lazer, este diário fez edições de homenagem a personalidades como João de Deus, Eça de Queirós e Elias Garcia.

Conclusões

Em conclusão, talvez se possa dizer que o poder da imprensa política combativa, romântica e de opinião prevaleceu ao longo de toda a centúria. A precariedade dos jornais foi outro dos elementos transversais, dadas as fragilidades na captação de públicos, pelas razões apontadas. O combate político levado a cabo pela imprensa de Oitocentos acompanhou, mas foi igualmente parte ativa nas grandes clivagens políticas, sendo que a sua ação radica, intrinsecamente, na legislação sobre liberdade de pensamento e expressão iniciada com o Vintismo.

Com as transformações sociais e económicas registadas na segunda metade do século XIX, o jornalismo português tendeu a evoluir no sentido de uma imprensa mais noticiosa e de foco informativo, em que o *Diário de Notícias* representa o ponto de viragem. No final da centúria, o estudo do conteúdo noticioso do *DN* e *O Século* ilustra a viragem para uma agenda mais focada na factualidade e em estratégias editoriais mais apelativas, capazes de atrair públicos mais amplos.

Referências bibliográficas

- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Alves, J. A. S. (2013). *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2018). *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*. Media XXI.
- Cunha, A. (1941a). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Academia das Ciências de Lisboa.
- Cunha, A. (1941b). *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa á alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 2, junho, 1941.
- Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901
- Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901
- Diário de Notícias*, 3 de março, 1902
- Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902
- Diário de Notícias*, 17 de março de 1903
- Diário de Notícias*, 18 de março de 1903
- Diário de Notícias*, 13 abril, 1903
- Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903
- Lima, H. (2017). A evolução editorial do *Jornal de Notícias* e a inclusão de elementos de jornalismo popular. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 1.
- Lima, H. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- O Século*, 6 de março, 1987
- O Século*, 11 de julho de 1887
- O Século*, 4 de dezembro, 1887
- O Século*, 5 de janeiro, 1895
- O Século*, 10 de abril, 1895
- O Século*, 1 de janeiro, 1900
- Saraiva, A. J. & Lopes, Ó. (1979). *História da literatura portuguesa*. 11ª edição. Porto Editora.
- Sousa, J. P. (2008a). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 12-92). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008b). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2017). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, Jorge Pedro, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2018a). Eduardo Coelho e a fundação do *Diário de Notícias*. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 163-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova
- Sousa, J. P. (2018b). O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 103-140). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugalia.
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo, in *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio. Lisboa, 1970*. Grémio Literário/Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa. In J. Serrão (dir.), *Dicionário de história de Portugal*. Vol. 3 (pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Vasconcelos, A. A. T. de (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. s/n.